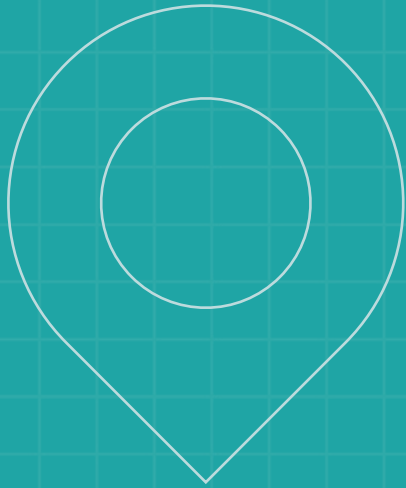




**INSTITUTO IGARAPÉ**  
a think and do tank



# Metodologia

## **GPS DO ESPAÇO CÍVICO**



# Metodologia GPS do Espaço Cívico

O GPS do Espaço Cívico é um boletim trimestral que traz informações sobre ataques ao espaço cívico, bem como as respostas institucionais lideradas pelas instituições do Estado e as ações de resistência da sociedade civil, da mídia, da academia, do setor privado, dentre outros, a partir do que foi veiculado na imprensa.

Os principais objetivos do monitoramento são:

- **Identificar ações e omissões** tomadas por agentes de Estado e por governos, nos três níveis da federação, dentre outras instituições e grupos organizados, que se configurem como ameaça ao espaço cívico brasileiro.
- **Categorizar as ações e omissões** a partir de uma tipologia sociológica que classifica ataques segundo as estratégias e táticas utilizadas. Essa tipologia foi lançada no Artigo Estratégico 49 do Instituto Igarapé [“A Ágora sob ataque: uma tipologia para análise do fechamento do espaço cívico no Brasil e no mundo”](#) e atualizada na nota técnica “Uma tipologia para entender as estratégias e táticas utilizadas para atacar o espaço cívico”.
- **Organizar informações** para o público em geral, tomadores de decisões, *stakeholders* e organizações da sociedade civil sobre o fechamento do espaço cívico, seus impactos e riscos, e potencializar a ação cívica e a proteção da democracia.

A principal ferramenta de análise é a leitura sistemática de periódicos para identificação de incidentes de ataque ao espaço cívico, bem como reações de contenção dessas ações. Em seguida, uma análise qualitativa e quantitativa dos incidentes catalogados é realizada. Essa sistemática tem como objetivo gerar resultados mensuráveis capazes de

oferecer um panorama sobre a atual situação do espaço cívico e subsidiar discussões sobre como fortalecê-lo e protegê-lo.

O presente documento sintetiza a metodologia aplicada na elaboração do GPS do Espaço Cívico, que inclui as seguintes etapas: (i) monitoramento; (ii) catálogo de incidentes; (iii) classificação de ataques e reações; (iv) consolidação e análise (v) elaboração do GPS; (vi) disseminação.

## I. Monitoramento:

A metodologia de monitoramento consiste em um modelo de acompanhamento diário dos seis principais jornais de circulação nacional.

- (i) Folha de S. Paulo;
- (ii) O Estado de S. Paulo;
- (iii) O Globo;
- (iv) UOL;
- (v) G1;
- (vi) Valor Econômico.

Além deles, publicações de outros veículos, a exemplo da Isto é, Nexo, Piauí, BBC, CNN, Carta Capital, O Antagonista, entre outros, são utilizadas para o monitoramento em função de tema e alcance. No monitoramento são avaliadas notícias, editoriais, artigos de opinião e análises que tratam de assuntos com relevância política e social sobre o espaço cívico.

Os ataques são identificados a partir da leitura das notícias e catalogados em uma planilha de Excel. A categorização é feita por dois pesquisadores e validada semanalmente em reunião com a presença de um terceiro pesquisador. As categorias — de caráter sociológico — foram definidas a partir de entrevistas e extensa revisão bibliográfica. Sua última atualização reflete acontecimentos mais recentes do cenário político brasileiro.

Amostra da planilha Excel de monitoramento:

Ameaça (Manchete/ Link)	Data	Resumo da ameaça	Tipologia pesquisador 1	Tipologia pesquisador 2	Resposta Institucional	Autor(es)	Classificação autor(es)

## II. Abrangência e concretude das ameaças

A categorização de um incidente como ameaça depende da sua concretude. Assim, consideramos como ameaças todos os eventos que, dada a posição dos autores e o impacto que geram nas estruturas políticas e/ou em outras pessoas, têm implicações diretas para o espaço cívico. Alguns exemplos incluem projetos de leis (mesmo os não aprovados), decretos e medidas provisórias, declarações oficiais, posts em redes sociais, ações/medidas administrativas como nomeações e exonerações, decisões judiciais, abertura de investigações, ajuizamento de ações, omissões estatais, políticas públicas discriminatórias, além de ataques verbais e físicos, dentre outras.

## III. Resposta institucional:

Respostas institucionais são aquelas executadas por instituições do Estado brasileiro, ou por seus membros ou representantes, e que têm como objetivo barrar ameaças ao espaço cívico, visando a sua proteção. Assim como nas ameaças, é necessário um grau de concretude para que os incidentes sejam catalogados. Alguns exemplos incluem declarações oficiais, decisões judiciais, ajuizamento de ações, abertura de investigações, pedidos de esclarecimento, instauração de inquéritos, projetos de lei ou de decretos legislativos, instauração de comissões parlamentares, como CPIs, pedido de impeachment, determinação de multas, auditorias, dentre outros.

## IV. Resistência:

Ações de resistência em prol da defesa e promoção do espaço cívico são aquelas empreendidas por grupos privados, sociedade civil, academia, mídia entre outros atores que não são do Estado. Alguns exemplos incluem manifestações, abaixo-assinados, pesquisas, reportagens, denúncias, recomendações de órgãos internacionais, cobranças diplomáticas de outros países, posicionamento oficial de órgãos de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), reprovação em redes sociais, entre outros.

## V. Vieses

Conforme destacado anteriormente, o GPS do Espaço Cívico baseia-se na identificação e catalogação de incidentes a partir da leitura de veículos de imprensa. Por essa razão, existem vieses que podem influenciar a catalogação desses incidentes como uma ameaça (ou resposta institucional), assim como a sua posterior tipificação. Por essa razão, identificamos, sempre que necessário, o veículo de imprensa que reportou o incidente.

Além disso, existem vieses relacionados ao escopo das ameaças. Nesse sentido, são mais frequentes aquelas relacionadas ao nível federal do que estadual, já que a cobertura jornalística dos veículos consultados por vezes concentra-se no governo federal e em regiões específicas dos governos estaduais, em especial de algumas capitais brasileiras.

Vale ressaltar, ainda, que há incidentes cujos impactos, dinâmicas e consequências que podem ser alterados ao longo do tempo, a partir de novos fatos, e da evolução de relações e dados da realidade social e política. Ameaças podem se concretizar, ou respostas institucionais podem ser barradas, mudanças de posicionamento podem ocorrer ou, ainda, respostas institucionais e ações de resistência podem efetivamente frear ataques ou modificar a natureza dos riscos associados a eles. A catalogação é feita com base na percepção do momento em que o incidente é veiculado pela mídia, e a análise é realizada quando o GPS é escrito, a cada três meses.

Vale, ainda, ressaltar que há ações de resistência partindo de ativistas comunitários que têm dificuldade para acessar a grande mídia e, por essa razão, estão sub-representadas na base de dados do GPS do Espaço Cívico.

## VI. Casos emblemáticos

Há alguns incidentes que podem gerar um enorme número de ameaças ou respostas institucionais. Nesses casos, a análise é feita caso a caso. Citamos, por exemplo, o caso de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Consideramos a sua instauração uma resposta institucional. No entanto, não contabilizamos os atos que naturalmente decorrem desse tipo de investigação, como as convocações, ainda que legítimas, e determinações de quebra de sigilo. Porém, se houver um ataque à CPI e à continuidade de seus trabalhos, como o pedido de rejeição do relator designado, as reações a isso são contabilizadas como respostas institucionais.

No decorrer da CPI da Pandemia, por exemplo, diversas testemunhas foram escutadas e, de suas declarações, pudemos identificar ameaças atuais, inclusive algumas decorrentes da própria fala, ameaças passadas e já contabilizadas quando ocorreram, além de ameaças passadas que só vieram ao nosso conhecimento a partir do relato. Sendo assim, apenas as ameaças atuais e as ameaças passadas até então não identificadas foram contabilizadas.

Outro exemplo são as manifestações e protestos que por vezes são reprimidos pela polícia. Nesses casos, não contabilizamos cada vítima da ação policial desproporcional como um ataque. Ele é contabilizado somente uma vez.

## VII. Autores e sua classificação:

Segue a lista de autores considerados para a catalogação de responsáveis por ataques ao espaço cívico e por reações de defesa dele.<sup>1</sup>

Classificação de autores	Autor(es)
<b>Academia</b>	Universidades, centros, fundações, institutos, pesquisadores
<b>Advocacia-Geral da União</b>	Advocacia-Geral da União
<b>Apoiadores bolsonaristas</b>	Indivíduos, movimentos, veículos de comunicação, entre outros, que apoiam abertamente Jair Bolsonaro
<b>Defensoria Pública</b>	Defensorias Públicas
<b>Executivos estaduais e municipais</b>	Governos estaduais e seus representantes Prefeituras e seus representantes
<b>Forças Armadas</b>	Aeronáutica Exército Forças Armadas Marinha
<b>Forças de Segurança</b>	Bombeiros Polícia Civil Polícia Federal Polícia Militar
<b>Governo Federal</b>	Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Assessoria Especial do Presidente da República Autarquia federal Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) Casa Civil Empresas públicas Fundação Nacional de Artes (Funarte) Fundação Nacional do Índio (Funai) Fundação Palmares Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) Jair Bolsonaro Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações Ministério das Comunicações Ministério da Defesa Ministério da Economia

<sup>1</sup> A relação de autores e a classificação de autores contidas nesta nota metodológica foi finalizada após a elaboração do GPS do Espaço Cívico 3, publicado em agosto de 2021. Vale ressaltar que alguns autores mencionados aqui não estavam presentes nas edições anteriores do GPS do Espaço Cívico, e é provável que, nas próximas edições, essa lista seja ampliada. Isso ocorre em razão de mudanças políticas e sociais que, ao longo dos períodos analisados, fazem com que novos autores mereçam destaque.

<b>Classificação de autores</b>	<b>Autor(es)</b>
<b>Governo Federal</b>	Ministério da Justiça
	Ministério do Meio Ambiente
	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
	Ministério de Minas e Energia
	Ministério das Relações Exteriores
	Ministério da Saúde
	Vice-Presidência
	Secretaria Especial da Cultura
	Secretaria Geral da República
	Servidores públicos federais
<b>Grupos Ilícitos</b>	Facções criminosas
	Garimpeiros ilegais
	Grileiros
	Milícias
<b>Imprensa</b>	Veículos de comunicação
<b>Judiciário</b>	Justiça Estadual
	Justiça Federal
	Justiça Militar
	Supremo Tribunal Federal (STF)
	Superior Tribunal de Justiça (STJ)
	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
<b>Legislativo</b>	Assembleias Legislativas
	Câmara dos Deputados
	Câmaras Municipais
	Congresso Nacional
	Filhos do presidente Jair Bolsonaro
	Senado
<b>Lideranças religiosas</b>	Lideranças religiosas
<b>Mídias Sociais</b>	Mídias sociais
<b>Ministério Público</b>	Ministério Público Estadual
	Ministério Público Federal
	Procuradoria-Geral da República
<b>Não identificado</b>	Não identificado
<b>Organizações internacionais</b>	Organizações internacionais, como, por exemplo, a ONU
<b>Outros países</b>	Governo de outros países
<b>Partidos políticos</b>	Partidos políticos
<b>Setor privado</b>	Empresas privadas
<b>Sociedade Civil</b>	Associações profissionais
	Membros eméritos de instituições públicas, como ex-procuradores e ex-ministros, entre outros
	Organizações da sociedade civil e ativistas
<b>Tribunal de Contas da União</b>	Tribunal de Contas da União